

FLASH

Nº

015



CONTAS DE GESTÃO

2003

DOCUMENTO

27

TCE

47.247-5/04

TCE

Nº Orig: 01848/04 Dt Of: 16/03/2004

Origem: TRIBUNAL DE JUSTICA DO ERJ

Natureza: OUTROS/*

Int. Princ: TRIBUNAL DE JUSTICA DO ERJ

Obs: RELATORIO DAS CONTAS CONSOLIDADAS PODER JUDICIARIO
PROC TCE 102927-7/04 VOLUME XXVII REF PROC TCE
114 076-4/04

Impressão: 02/03/2004

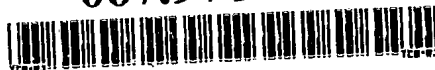
Cadastrado em 23/11/2004

Nome:

TCE

Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro

007.978-8/04



Espécie:

Nº Origem:

Ofício: 846/04

Data Ofício: 16/03/2004

Origem : TRIBUNAL DE JUSTICA DO ERJ

Natureza : OUTROS/*

Assunto:

Int. Principal : TRIBUNAL DE JUSTICA DO ERJ

Observação

RELATORIO DAS CONTAS CONSOLIDADAS PODER JUDICIARIO PROC.TCE 102927-7/04 - VOLUME
XXVII

Cadastrado em 25/03/2004

Impressa por 02/001983



Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

P/846/2004

Rio de Janeiro, 16 de março de 2004.

Processo TJ nº 041.216/2004

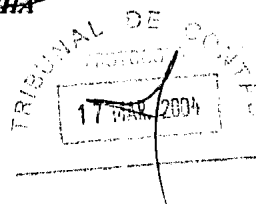
| | |
|-----------|-------------|
| TCE-RJ | PROCESSO Nº |
| 7978-8104 | |
| Rubrica | Fis. 02 |

Senhor Presidente,

Considerando o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal em seu artigo 56, encaminho a V. Exª. relatório elaborado pela Diretoria Geral de Controle Interno para que seja inserido na Prestação de Contas do Poder Executivo, relativa ao exercício de 2003.

Colho o ensejo para renovar protestos de elevada estima e consideração.

Miguel Pacha
Desembargador MIGUEL PACHA
Presidente



EXMO. SR.
CONSELHEIRO JOSÉ GOMES GRACIOSA
DD. PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



Estado do Rio de Janeiro

Tribunal de Justiça

DIRETORIA GERAL DE CONTROLE INTERNO
DEPARTAMENTO DE AUDITORIA

| | |
|---------|-------------|
| TCE-RJ | PROCESSO Nº |
| | 7978-8/04 |
| Rubrica | Fls. 03 |

Relatório das Contas Consolidadas do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro referentes ao exercício financeiro encerrado em 2003, elaborado pelo Departamento de Auditoria, subordinado à Diretoria Geral de Controle Interno, Órgão Central de Controle Interno do Poder Judiciário.



Estado do Rio de Janeiro
Tribunal de Justiça

DIRETORIA GERAL DE CONTROLE INTERNO
DEPARTAMENTO DE AUDITORIA

| | |
|---------|-------------|
| TCE-RJ | PROCESSO Nº |
| | 7978-8/04 |
| Rubrica | Fls. 04 |

I - APRESENTAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2003, o Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro estava composto de três unidades orçamentárias, assim discriminadas:

| UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DO PODER JUDICIÁRIO | | | |
|--|-----------------|--------|-------|
| DESCRIÇÃO | UNIDADE GESTORA | GESTÃO | FONTE |
| Tribunal de Justiça | 030100 | 00001 | 00/01 |
| Fundo Especial do TJ | 036100 | 03610 | 10 |
| Fundo Especial da EMERJ | 036200 | 03620 | 10 |

Fonte 00/01 - ordinários não vinculados provenientes de impostos

Fonte 10 - Arrecadação Própria

II - NOMINATAS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO -

TJ

PRESIDENTE: Desembargador Miguel Pachá

FUNDO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA - FETJ

PRESIDENTE: Desembargador Miguel Pachá

GERENTE: Desembargador Jessé Torres Pereira Júnior

ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - EMERJ

DIRETOR-GERAL: Desembargador Sérgio Cavalieri Filho



Estado do Rio de Janeiro

Tribunal de Justiça

**DIRETORIA GERAL DE CONTROLE INTERNO
DEPARTAMENTO DE AUDITORIA**

| | |
|---------|------------------|
| TCE-RJ | PROCESSO Nº |
| | 7978-8/04 |
| Rubrica | Fig. 05 |

III – ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO

A Diretoria Geral de Controle Interno é o Órgão Central de controle interno no âmbito do Poder Judiciário, desempenhando atividades de fiscalização e controle, e, ainda, assessorando o Conselho da Magistratura na avaliação da gestão contábil, orçamentária, financeira, patrimonial e operacional deste Poder.

Anteriormente denominada Auditoria Geral, esta Diretoria Geral de Controle Interno foi criada através da Resolução n.º 15, de 08/12/03, subordinada ao Conselho da Magistratura, que introduziu a modernização da estrutura organizacional, através do implemento da racionalização da máquina administrativa e fortalecendo o controle interno, demonstrando, desta forma, que o Poder Judiciário está sensível às transformações sociais, políticas e econômicas, estando atento aos anseios da sociedade por uma gestão pública responsável, ética, transparente e eficiente.

A Resolução criou, também, o Serviço de Auditoria Contábil que providenciará, durante o exercício de 2004, a análise das alterações orçamentárias, financeiras e patrimoniais, avaliará a segurança e a confiabilidade dos controles contábeis, verificará a exatidão e a fidedignidade de balanços, balancetes, demonstrativos e relatórios, com relação às posições orçamentárias, financeiras e patrimoniais.



Estado do Rio de Janeiro
Tribunal de Justiça

DIRETORIA GERAL DE CONTROLE INTERNO
DEPARTAMENTO DE AUDITORIA

| | |
|---------|------------------|
| TCE-RJ | PROCESSO Nº |
| | 7978-8/04 |
| Rubrica | \$ |
| | Fis 06 |

Após a explanação inicial, apresentaremos a seguir as informações referentes à Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro que deverão ser incluídas nas contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo, do exercício de 2003, compreendendo, ainda, as dos Chefes dos Órgãos do Poder Legislativo e do Chefe do Ministério Público, conforme determina o artigo 56 da Lei Complementar n.º 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

IV – DO ORÇAMENTO

O Orçamento do Poder Judiciário Fluminense foi aprovado através do Ato Executivo n.º 94/2003, publicado em 16/01/2004, detalhado da seguinte forma:

IV.1 – RECEITAS PREVISTAS

As receitas do Fundo Especial do Tribunal de Justiça e do Fundo Especial da EMERJ foram estimadas inicialmente nos valores a seguir demonstrados:

| RECEITAS PREVISTAS | |
|--------------------|-----------------------|
| Unidades Gestoras | Valor – R\$ |
| FETJ – 036100 | 226.087.246,00 |
| EMERJ – 036200 | 5.677.939,00 |
| TOTAL | 231.765.185,00 |

Handwritten mark



Estado do Rio de Janeiro

Tribunal de Justiça

**DIRETORIA GERAL DE CONTROLE INTERNO
DEPARTAMENTO DE AUDITORIA**

| | |
|---------|------------------|
| TCE-RJ | PROCESSO Nº |
| | 7978-8/04 |
| Rubrica | Fis. 07 |

Convém destacar que a Unidade Gestora - 030100, Tribunal de Justiça, não tem competência para arrecadar receitas, e com relação à despesa o seu orçamento é executado mediante transferências recebidas do Tesouro Estadual.

IV.2 - DESPESAS FIXADAS

A despesa fixada inicialmente no exercício de 2003 para as três unidades orçamentárias apresentou os seguintes valores:

| DESPESAS FIXADAS | |
|-------------------|-------------------------|
| Unidades Gestoras | Valor - R\$ |
| TJ - 030100 | 996.974.659,00 |
| FETJ - 036100 | 226.087.246,00 |
| EMERJ - 036200 | 5.677.939,00 |
| TOTAL | 1.228.739.844,00 |

IV.3 - ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Durante o exercício, ocorreram alterações orçamentárias em razão da abertura de créditos adicionais, resultando um orçamento final nas suas respectivas Unidades Gestoras a seguir demonstrado:

| Unidade Gestora | Orçamento Inicial | Alterações Orçamentárias | Orçamento Final |
|-----------------|-------------------------|--------------------------|-------------------------|
| TJ | 996.974.659,00 | 121.247.022,00 | 1.118.221.681,00 |
| FETJ | 226.087.246,00 | 119.326.474,00 | 345.413.720,00 |
| EMERJ | 5.677.939,00 | 0,00 | 5.677.939,00 |
| TOTAL | 1.228.739.844,00 | 240.573.496,00 | 1.469.313.340,00 |



Estado do Rio de Janeiro

Tribunal de Justiça

DIRETORIA GERAL DE CONTROLE INTERNO
DEPARTAMENTO DE AUDITORIA

| | |
|---------|-------------|
| TCE-RJ | PROCESSO Nº |
| | 7978-8/04 |
| Rubrica | Fis. 08 |

V - DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

As Receitas Arrecadadas no exercício comparando-se com as suas respectivas previsões iniciais, das Unidades Gestoras, apresentaram um excesso de arrecadação concentrado no Fundo Especial do Tribunal de Justiça, conforme observa-se a seguir:

| Unidade Gestora | Orçamento Inicial | Arrecadação | Diferença |
|-----------------|-------------------|----------------|----------------|
| FETJ | 226.087.246,00 | 326.550.072,18 | 100.462.826,18 |
| EMERJ | 5.677.939,00 | 4.302.798,45 | (1.375.140,55) |
| TOTAL | 231.765.185,00 | 330.852.870,63 | 99.087.685,63 |

Com relação à Despesa Autorizada Final, comparativamente à Despesa Realizada no exercício, constata-se uma economia orçamentária, conforme demonstrado a seguir:

| Unidade Gestora | Orçamento Final | Despesa Realizada | Economia Orçamentária |
|-----------------|------------------|-------------------|-----------------------|
| TJ | 1.118.221.681,00 | 1.106.081.116,50 | 12.140.564,50 |
| FETJ | 345.413.720,00 | 299.738.238,80 | 45.675.481,20 |
| EMERJ | 5.677.939,00 | 3.925.610,01 | 1.752.328,99 |
| TOTAL | 1.469.313.340,00 | 1.409.744.965,31 | 59.568.374,69 |

VI - DA GESTÃO FINANCEIRA

As disponibilidades líquidas de Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras das três Unidades Gestoras do Poder Judiciário Fluminense totalizaram a importância de R\$ 273.928.868,78, a seguir demonstrada:



Estado do Rio de Janeiro
Tribunal de Justiça

DIRETORIA GERAL DE CONTROLE INTERNO
DEPARTAMENTO DE AUDITORIA

| | |
|---------|------------------|
| TCE-RJ | PROCESSO Nº |
| | 7978-8/04 |
| Rubrica | Fls. 09 |

| GESTÃO FINANCEIRA | |
|-------------------|-----------------------|
| Unidades Gestoras | Valor - R\$ |
| TJ - 030100 | 318.196,00 |
| FETJ - 036100 | 269.868.141,30 |
| EMERJ - 036200 | 3.742.531,48 |
| TOTAL | 273.928.868,78 |

VII - DA GESTÃO PATRIMONIAL

VII.1 - DESPESA DE PESSOAL

Da análise da despesa, constata-se que a Despesa Líquida com Pessoal do Poder Judiciário no exercício apresentou um total de R\$ 921.962.310,30, equivalente a 4,81% da Receita Corrente Líquida, estando, assim, abaixo do limite disposto na Lei Complementar n.º 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

As informações apresentadas anteriormente constam do Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2003, enviado ao Tribunal de Contas conforme determina a Deliberação TCE-RJ n.º 223/02.

VII.2 - RESTOS A PAGAR

As inscrições em Restos a Pagar do Poder Judiciário totalizaram R\$ 145.232.947,51, conforme desdobramento a seguir:



Estado do Rio de Janeiro

Tribunal de Justiça

**DIRETORIA GERAL DE CONTROLE INTERNO
DEPARTAMENTO DE AUDITORIA**

| | |
|---------|-------------|
| TCE-RJ | PROCESSO Nº |
| | 7978-8104 |
| Rubrica | Fls. 10 |

| RESTOS A PAGAR | VALOR - R\$ |
|-----------------|-----------------------|
| Processados | 102.530.271,45 |
| Não Processados | 42.702.676,06 |
| TOTAL | 145.232.947,51 |

Cabe destacar, novamente, que as informações apresentadas no quadro acima constam do Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2003, enviado ao Tribunal de Contas conforme determina a Deliberação TCE-RJ n.º 223/02, demonstrando, ainda, naquele relatório, que haviam disponibilidades financeiras suficientes para cobrir tais inscrições.

VII.3 - PRECATÓRIOS JUDICIAIS

Quanto aos Precatórios Judiciais, o Balanço Patrimonial do Tribunal de Justiça apresenta um saldo de R\$ 659.070.125,30, relativo ao total dos Precatórios dos Poderes e Órgãos do Estado do Rio de Janeiro, não constando deste total os precatórios da Administração Indireta Estadual.

Do total apresentado acima, compete exclusivamente ao Poder Judiciário o valor de precatórios de R\$ 3.380.025,39, informação esta constante do Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2003.

Conforme verifica-se no SIAFEM, no exercício de 2003, foi inscrito o valor de R\$ 100.261.680,18 referente a precatórios empenhados e liquidados naquele exercício.



Estado do Rio de Janeiro

Tribunal de Justiça


**DIRETORIA GERAL DE CONTROLE INTERNO
DEPARTAMENTO DE AUDITORIA**

| | |
|---------|-------------|
| TCE-RJ | PROCESSO Nº |
| | 7978-8/04 |
| Rubrica | Fls. M |

Com base no exposto neste relatório, concluímos que os resultados obtidos obedeceram aos preceitos e dispositivos legais, em especial as determinações constantes da Lei Federal n.º 4.320/64, não sendo verificado nenhum fato que constitua óbice a aprovação das contas do Poder Judiciário, referente ao período correspondente a 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2003, por esta Corte de Contas.

Finalmente, informamos, que os dados das três Unidades Gestoras (Tribunal de Justiça, Fundo Especial do Tribunal de Justiça e Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro) serão demonstrados e analisados isoladamente nos autos das respectivas Prestações de Contas dos Ordenadores de Despesas, que serão enviadas ao Tribunal de Contas com base na Lei Complementar n.º 63/90 e na Deliberação TCE-RJ n.º 198/96.

DGCOI-DEAUD, 12 de março de 2004.


MANOEL TRIGO FERREIRA
AUDITOR-ASSISTENTE
CONTADOR - CRC/RJ N.º 68.075



Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
DIRETORIA-GERAL DE CONTROLE INTERNO

Proc. nº: 041.216/2004

Rubrica: *[assinatura]* : Fls. 12

| | |
|-----------------------------|-------------|
| TCE-RJ | PROCESSO Nº |
| 7978-8/04 | |
| Rubrica <i>[assinatura]</i> | Fls. 12 |

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Considerando que a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu artigo 56, determina que as contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo devem incluir as dos Presidentes dos Órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Chefe do Ministério Público, encaminho a Vossa Excelência, para fins de remessa ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, o Relatório do Departamento de Auditoria das contas consolidadas do Poder Judiciário - exercício de 2003.

DGCOI-GABCI, em 16 de março de 2004.

[assinatura]
BARBARA CRISTINA CORRÊA MENDONÇA
DIRETOR-GERAL DE CONTROLE INTERNO
CRC-RJ 090387/O-3

TCE-RJ

PROCESSO
RUBRICA

7. 9788/04
FLS 13

A CAO

O presente processo está em condições de prosseguimento.

CPG, em 25/03/2004

Murilo C. dos Reis Leal
Coordenador da Coordenação Setorial de Protocolo-Geral
da CGA da SGA - TCE/RJ
Matr.: 02/3248